

O ENGODO DE ÉDIPO: DESLIZAMENTOS INCESTUOSOS NA LITERATURA ERÓTICA

Letícia Simões Velloso Schuler; Hermano de França Rodrigues

Universidade Federal da Paraíba

leticiaschuler6@gmail.com; hermanorg@gmail.com

Resumo: O incesto está presente na história da humanidade desde os tempos mais remotos, sendo considerado um sintoma na cultura contemporânea. O termo remonta à Antiguidade Grega, e seu significado está vinculado às “relações sexuais entre um homem e uma mulher, pais e aliados, num grau que acarreta a proibição do casamento”. Para a psicanálise, é uma perversão sexual, um desvio da norma erótica, ou seja, um ato em que o adulto abusa de um outro, com o qual comporta um vínculo consanguíneo, colocando-o no lugar de um objeto de gozo, num movimento errante da libido. Ao desconsiderar a alteridade, tal conduta assume propriamente as feições de uma patologia. Diante de tal conjectura, nossa pesquisa, numa interface entre a literatura e a psicanálise, propõe-se a analisar, no conto *Ele*, do autor *Dalton Trevisan*, a relação incestuosa que se estabelece entre pai e filha. Esta, na condição de precariedade subjetiva em que se encontra, sucumbe ao trauma da sexualidade. Explicaremos os motivos que levam esse homem, movido por suas pulsões, a negligenciar a lei em favor de seus desejos perversos. Utilizaremos, como arcabouço teórico, os estudos psicanalíticos desenvolvidos por Schainai (2015) e Razon (2007).

Palavras-chave: Literatura; psicanálise; sexualidade.

Introdução

Derivado do latim *incestum*, que por sua vez, origina-se de *incestus*, cujo significado está relacionado a “impuro, sujo”, o incesto apreende ordens do tipo cultural, moral e jurídica de uma sociedade e sempre foi um assunto que despertou o interesse de áreas como a Antropologia, a Psicanálise e o Direito. Porém, a análise desse tema nunca foi muito objetiva, devido à interferência dos preconceitos e do ambiente em que se vive, o que favorece a dificuldade em chegar a conclusões imparciais, tornando a sua análise, um desafio. Assim, através desse trabalho, procuramos, dentre outros objetivos, decifrar a dinâmica incestuosa que recobre a narrativa.

Nosso trabalho, alicerçado nos constructos teóricos da psicanálise freudiana debruça-se sobre a relação incestuosa estabelecida entre pai e filha, personagens do conto *Ele*, do escritor Dalton Trevisan. Especificamente, procuramos elucidar as razões que motivaram o personagem a infringir a intimidade corporal e psíquica da criança.

Destarte, dividimos nossa discussão em três momentos: primeiro, discorreremos brevemente sobre as visões de algumas civilizações, durante a história da humanidade, em relação ao incesto e suas variações quanto ao grau de proibição conforme cada povo. Em seguida, numa abordagem mais psicanalítica, apresentamos o entendimento de Sigmund Freud acerca da proibição do incesto, cujos estudos foram baseados na observação dos aborígenes australianos. Por fim, após detalharmos e explicarmos a teoria utilizada, recorreremos ao texto literário a fim de analisá-lo, com o desejo de perceber como as atitudes e dizeres das personagens refletem a teoria freudiana.

Pois, conforme apontou Jean Bellemin-Nöel, em sua obra *Psicanálise e Literatura*, acreditamos que a teoria psicanalítica é a peça fundamental no processo de decifração e transformação do texto literário, ou seja, temos por finalidade “descrever os princípios e o leque de meios que a psicanálise colocou à nossa disposição para nos permitir ler melhor a literatura.”¹

1. As raízes de um desvio

A partir dos estudos referentes à antropologia e à psicanálise, verifica-se que as proibições acerca de determinadas relações sexuais entre os seres humanos sempre esteve presente, e que mesmo que esse seja um fato universal, essas relações não são decorrentes da natureza humana, mas estão vinculadas à sua cultura. O incesto sempre esteve

¹ BELLEMIN-NÖEL, 1978, p.13

necessariamente vinculado à maneira de como as relações de parentesco eram determinadas nos primórdios das civilizações. Assim, a relação de parentesco hoje aceita em nossa sociedade é o resultado decorrente da sistematização de todo o pensamento humano.

Em 1884, o teórico alemão Friedrich Engels, com base em algumas descobertas feitas pelo antropólogo norte-americano Lewis Henry Morgan, afirmou que as relações por vínculo de sangue tidas pelos povos selvagens e bárbaros que ainda habitavam a América, África, Ásia e Austrália não eram compatíveis com as relações utilizadas nas sociedades contemporâneas. A forma como as designações de “pai”, “mãe”, “filho (a)”, “irmã (o)” eram utilizadas constituía uma contradição com os conhecidos atualmente, os vínculos eram diferentes, além disso, naquelas famílias, tais designações não constituíam apenas “títulos honoríficos, mas, ao contrário, implicavam sérios deveres recíprocos, perfeitamente definidos, cujo conjunto forma uma parte essencial do regime social desses povos”²

O teórico dá continuidade a seu estudo e faz observações acerca da família consanguínea, tida como a mais primitiva ou era vista ainda como a primeira etapa da família, em que os grupos conjugais eram por classificados por gerações: “todos os avôs e avós, nos limites das famílias, são maridos e mulheres entre si; o mesmo sucede com seus filhos, quer dizer, com os pais e mães;”³ e assim sucessivamente. Engels afirma ainda que o primeiro progresso dentro da família ocorre quando há a exclusão das relações sexuais entre pais e filhos, enquanto o segundo foi a exclusão entre os irmãos.

Essas tentativas de impedir o matrimônio entre parentes consanguíneos ocorreram de maneira espontânea, sem qualquer consciência clara dos membros das tribos da finalidade daquele impedimento.

Outro antropólogo que fez algumas reflexões sobre o tema foi Claude Lévi-Strauss, e a partir delas podemos entender que a proibição do incesto se constitui numa situação paradigmática, por reunir caracteres que estão intrinsecamente ligados, mas que pertencem às ordens diferentes: social e biológica. Esse fenômeno apresenta, ao mesmo tempo, um caráter de duplicidade natural e cultural, ou seja, possui tanto a universalidade típica das tendências da natureza e seus instintos, quanto o caráter coercitivo das leis e instituições de uma cultura. Constitui um movimento fundamental através do qual se faz a passagem da natureza à cultura. É, portanto, um fenômeno social que permite o estudo das relações entre exigência social e biológica do homem, e que, conseqüentemente, comprovou-se que a sua proibição não está

² ENGELS, 1995, p. 29

³ Ibid., 1995, p. 39

exclusivamente vinculada a nenhuma das duas exigências ou a uma transformação ou passagem, pois está efetivamente constituída na união de uma com a outra.

Entretanto, esta relação “não é nem estática nem arbitrária, e desde que se estabelece a situação total aparece completamente modificada. Com efeito, é menos uma união do que uma transformação ou passagem.”⁴

Assim, entendemos que, em diferentes épocas ou culturas, as concepções relativas à sexualidade podem variar consideravelmente. É válido citar, ainda, que as sociedades anteriores ao advento do cristianismo também construíram noções de sexualidade que diferem das atuais. Nas sociedades politeístas, por exemplo, os deuses e outros seres divinos praticavam atos sexuais que hoje são considerados desviantes, sendo o incesto, uma dessas práticas. Na mitologia egípcia, temos o exemplo de Osíris, que manteve uma relação incestuosa com sua irmã, Ísis. Já, na oralidade, através dos mitos, prática comum em algumas culturas, temos um laço incestuoso entre Cronos, titã e deus do tempo, e Réia, sua irmã, a titânide e mãe dos deuses. Ainda na mitologia grega, temos o mito dos irmãos Deméter e Zeus, ambos filhos da relação supracitada, que, em uma relação afetiva sexual, nasceu Perséfone. Por fim, convém citar, ainda, a relação entre a mesma deusa e Poseidon, também irmão, que deu origem aos gêmeos Despina e Árion. Vale salientar que todas essas relações não eram vistas como passivas de punições, assim como os casos relativos às primeiras civilizações, já que, neste caso, eram protagonizadas por divindades.

Freud (1996), ao realizar o estudo sobre a proibição do incesto, faz uma análise da psicologia dos povos primitivos. Dessa forma, ao identificarmos uma conexão entre a antropologia e a psicanálise, abordaremos, a seguir, as questões referentes aos estudos freudianos acerca da proibição do incesto e como ela se determina a partir da cultura e da vida psíquica do sujeito.

2. Concepções freudianas

A humanidade tem sua origem baseada em dois tabus: os interditos do assassinato, do canibalismo e do incesto, sendo estes os responsáveis por estruturar tanto o grupo social como o sujeito. Percebemos, então, um ponto de convergência entre as dimensões social e psicológica, e é a partir dessa articulação que iremos pontuar tudo aquilo relacionado às relações incestuosas, retomando a ideia freudiana desenvolvida na obra assinalada a seguir, que tem como subtítulo: “Alguns pontos de concordância entre a vida mental dos selvagens e

⁴ LEVI-STRAUSS, 1982, p. 63

dos neuróticos”.

Em 1912, Sigmund Freud escreve *Totem e Tabu*, obra que visa uma reflexão sobre as configurações de uma civilização selvagem, interpretando seu modo de funcionamento, ao fazer uso dos estudos antropológicos, a partir de ferramentas psicanalíticas, a fim de explicar também a origem da moralidade. A análise desses povos “deve apresentar um interesse peculiar para nós, se estamos certos quando vemos nela um retrato bem conservado de um primitivo estágio de nosso próprio desenvolvimento”⁵.

Ao tomar como base os aborígenes australianos, Freud sustenta que eles determinam, entre si, a interdição das relações sexuais incestuosas. Enquanto muitas sociedades se organizam a partir de instituições religiosas e sociais, esses povos obedeciam ao “totemismo”, que está relacionado à crença na existência de um parentesco ou de afinidade mística entre um grupo e um totem, sendo este, qualquer objeto, animal ou planta que seja cultuado como símbolo ou ancestral de uma coletividade, e são aos membros pertencentes a um mesmo totem, que se aplicam os tabus. O totem, portanto, é a base de todas as obrigações sociais, é, ainda, do ponto de vista psicanalítico, uma lei que estabelece que os membros de um mesmo totem não devem manter relações sexuais entre si, assim como, não devem casar-se entre si, sendo este, um meio eficaz para impedir o incesto num grupo.

Freud (1996) faz uma correlação do totemismo com a exogamia, ou seja, o cruzamento de indivíduos que não possuem relação de parentesco, ou este grau é distante. Ele afirma, porém, que existem algumas explicações que excluem esta conexão, e expõe dois postos de vista opostos: um que mantém a “pressuposição original de que a exogamia constitui parte inerente do sistema totêmico e outro que nega existir tal vinculação”⁶. Destaca ainda que outros estudiosos da exogamia analisaram este processo como sendo destinado à prevenção do incesto.

Assim, percebemos que o grande objetivo da análise de Freud a esse sistema está relacionado à observação de como o homem elabora suas proibições que se expandem para outros povos. E que as restrições estabelecidas afetam primeiramente o incesto entre irmãos e irmãs e entre filhos e mães, enquanto o incesto entre pais e filhas, que iremos detalhar ao final deste tópico, “só foi impedido por uma extensão ulterior dos regulamentos”⁷.

A partir dessas concepções, o psicanalista elabora algumas asserções relativas à instauração do tabu do incesto. A primeira diz respeito à punição do transgressor, alegando

⁵FREUD, 1996, p. 21

⁶FREUD, 1996, P. 126

⁷Ibid., 1996, p. 128

que, se o mesmo não sofrer uma rigorosa punição, sua atitude despertaria sentimentos como a inveja e o ciúme. A segunda refere-se ao fato de que, o que antecede o incesto ser considerado um tabu, é a conjuntura de que ele é, sobretudo, desejado. Destarte, o autor conclui que existe um impulso interno, que é inconsciente, ou seja, alheio ao processo que compele para o incesto, e o interdito viria como uma força que se opõe a essas pulsões presentes no sujeito. Verificamos, ainda, que é possível associar o incesto como uma pulsão de morte e o interdito, como uma pulsão de vida. Assim, é interessante destacar a hipótese freudiana segundo a qual as proibições coincidem com os mais antigos desejos humanos de origem inconsciente, tal como revela: “A base do tabu é uma ação proibida, para cuja realização existe forte inclinação do inconsciente”⁸.

Retomando a ideia de que o sujeito, além de humano, é também um ser social, a sua sobrevivência e proteção nesse meio passa pela obediência à lei, assim, a submissão à norma é uma obrigação. A presença dessa lei, no meio social, permite que sejamos protegidos de nós mesmos, na medida em que essa pulsão de morte nos exorta a realizar o ato incestuoso.

Partiremos, agora, para uma explicação voltada para o entendimento da lei psíquica. Sua transmissão é feita de geração em geração, e sua circulação ocorre entre os membros de uma mesma família. Dentre as funções exercidas por ela, vamos atribuir, primeiramente, a de separadora, ou seja, é preciso que ocorra uma separação do objeto materno para que o processo de individuação aconteça. Esse fenômeno foi discutido a partir de diferentes concepções psicanalíticas, dentre elas, podemos citar: Lacan, que “fala da „assunção simbólica do sujeito“, Winnicott da „capacidade de estar só em presença da mãe“ (...) e Freud descobre na experiência do „destruído-encontrado“ que „o objeto nasce do ódio”⁹.

A segunda função está relacionada ao interdito. Este, que já caracterizamos anteriormente como pulsão de vida, vem a ser um âmbito que contraria constantemente a “tendência do desejo de querer fixar-se no objeto originário, o da fantasia incestuosa. Freud o enunciava (...): „O primeiro objeto sobre o qual se concentra o desejo sexual do homem é de natureza incestuosa (...) e é somente à força de proibições da maior severidade que se consegue reprimir esse pendor infantil.”¹⁰.

Porém, quando a separação e o interdito não exercem o seu papel estruturante, formam um contexto suscetível para a perversão. Indivíduos perversos recusam a submissão à lei. Tomando como exemplo um pai incestuoso, notaremos que há uma identificação com a lei

⁸ FREUD., 1996, p. 49

⁹ RAZON, 2007, p. 25

¹⁰ Ibid., 2007, p. 25

por parte do indivíduo e ainda que ele faz essa lei, ou seja, ele é a lei. Assim, o perverso é incapaz de ser construído pelas duas funções dessa norma, que tem por objetivo proteger o sujeito, permitindo que ele se insira no grupo social.

No incesto pai-filha, tema da nossa análise, também percebemos a problemática do desejo, assim como na relação da criança com a mãe, porém de maneira distinta. Nessa relação, o abusador coloca a vítima como alguém que irá gozar de seu desejo.

3. Um movimento errante da libido

Em 2013, a antologia *Novos contos eróticos* com trinta histórias, do autor contemporâneo Dalton Trevisan, é publicada. Nas narrativas, Trevisan aborda, em cada uma, um tema diferente, a partir de situações comuns do cotidiano, como por exemplo; o estupro, presente na maioria das narrativas, e as relações incestuosas. Nossa discursão, num diálogo entre a literatura e a psicanálise, debruça-se, especificamente, sobre o conto *Ele* com o fim de elucidar algumas características referentes ao incesto, as quais mobilizam o personagem na sua maneira de entrelaçar-se com o outro.

Na narrativa em foco, somos apresentados a dois personagens, pai e filha, que, após sofrerem o abandono da figura feminina, o genitor, sofrendo com a falta da esposa, passa a ter relações sexuais com a menina, que durante os acontecimentos, tinha apenas sete anos. Tendo em vista que “o incesto se consuma quase sempre em „momentos de inconsciência“ ou de fraqueza”¹¹ é lícito afirmar que o contexto em que os personagens se encontram contribui para o surgimento de tal relação.

Por ter medo do escuro, a menina passa a dormir junto com o pai na cama do casal, sendo este, o primeiro indício de que a lei não se inscreve nesse lar. Estabelece-se, a partir daí, uma relação, vista sob as práticas socialmente aprovadas, inaceitável. De início, percebemos que ela ainda era bastante ingênua, não entendendo o que estava acontecendo, mas que acaba cedendo aos desejos daquele pai, que era movido por um impulso interno e inconsciente.

Com sete anos, eu tinha medo do escuro. Então me deixava deitar na cama do casal. Uma noite, meio dormindo, senti que me erguia a camisola. Não fez nada. Só olhando e falando bobagem que eu não entendi. (TREVISAN, 2013, p. 162)

Quando há o abandono por parte da figura materna, a dinâmica das relações se

¹¹ RAZON, 2007, p. 58

modifica de tal forma que a filha passa a ocupar seu lugar, se torna aquela que, inconscientemente, irá satisfazer os desejos do pai, pois, “seria como se o abusador não prescrevesse à vítima o interdito de nascer, mas de gozar de seu desejo.”¹² E, de fato, há o reconhecimento desse papel por parte da menina, visto que, na diegese, ela afirma que: “Se tua mãe foge com outro, será que a filha tem obrigação...”.¹³ Portanto, vemos, a partir dessas características, um relacionamento construído com base no abandono e no ressentimento que ambos sentem com a ausência da mãe.

A forma como a menina se refere ao pai ao longo de toda a narrativa, utilizando simplesmente o pronome pessoal, o mesmo que dá título ao conto, demonstra a existência de uma falência do mesmo, ao passo que não se coloca enquanto sujeito. O personagem se mostra como aquele desprovido de reconhecimento. Em momento nenhum, sabemos sequer seu nome. E da mesma forma que não há essa reconhecimento, é uma relação em que não existem limites, a todo instante as vozes dos personagens se confundem, há passagens em que é a filha que relata, mas em outras temos a voz do pai.

É nítida, também, a precariedade dos vínculos, sendo esta uma característica constante nesse tipo de união. Pois, no abusador, “a dificuldade de endossar a função simbólica paterna se associa a uma incapacidade de investir afetivamente a criança”¹⁴.

Acontecimentos referentes à proteção do pai para com a filha são sucessivos durante a construção do relato, cuidados estes que vão desde a compra de roupas curtas, para que ela use apenas em casa, a “dar banho e esfregar as costas – e quer o mesmo com ele”¹⁵. A partir desses acontecimentos, podemos perceber uma mudança de postura, apesar de sutil, por parte da garota, pois, aquela que antes se mostrava insegura e ingênua, agora revela ao leitor outro comportamento.

Uma vez quando doeu e lhe mordeu o pescoço, bem se lamentou: - Ai, me desculpe , por favor... É que eu... Mais forte do que eu... Não posso deixar... Tô perdido... Sou um condenado. (TREVISAN, 2013, p. 165)

A partir dessa passagem, vemos um sujeito que não estava preparado para a ambiguidade da própria criança. Esta, por sua vez, mostra que tem seus próprios desejos, mas que não estava preparada para enfrentá-los ou expô-los, já que toda essa relação em que

¹² RAZON, 2007, p. 29

¹³ TREVISAN, 2013, p. 163

¹⁴ RAZON, 2007, p. 61

¹⁵ Ibid., 2013, p. 164

ambos se encontram não é bem vista pela sociedade. E a forma como tudo isso é visto pelos outros, faz com que essa criança tema, em algumas passagens é possível notar o quanto ela se sente aflita com relação ao repúdio da sociedade.

O fato de o personagem ter essa consciência dos fatos e ser controlado pelo seu desejo, ou seja, de que o desejo é maior que ele, o torna um sujeito perverso. Partindo dessa premissa, vamos expor agora algumas passagens que comprovam esse nosso entendimento. Como foi discutido em tópicos anteriores desse trabalho, o que o perverso recusa é a submissão à lei e, se a reconhecer, tentará contorná-la, ou seja, sua patologia é diferente, “conscientes da transgressão, eles desaprovam a lei sem vergonha nem culpa.”¹⁶

Ainda analisando a menina, vítima dessa relação dos sete aos quatorze anos, verificamos que ela entende o abuso como uma forma de não ser abandonada pelo seu genitor, como é possível verificar na passagem a seguir: “Caso eu não obedeça, já pensou, e me largasse na rua, de mim o que seria?”¹⁷. E logo após a personagem expor ao leitor sua angústia, tudo começa a caminhar para o fim a partir de uma denúncia da vizinha

Destarte, a narrativa estudada traz um personagem que viola um tabu tradicionalmente grave, tornando o transgressor, ele mesmo, também um tabu, uma vez que possui o perigoso atributo de seduzir outros a seguirem seu modelo, portanto, já que todo exemplo convida à imitação, segundo Freud, este deve ser evitado. Socialmente banido, através do aprisionamento físico, o protagonista sofreu a punição que o Estado e a cultura já lhe reservavam, ou seja, foi vítima do seu próprio desejo.

Considerações finais

Neste trabalho, procuramos representações de um comportamento considerado desviante, no texto literário, com vista a elucidar algumas características da perversão sexual de caráter incestuoso. Para tal, num primeiro momento fizemos um percurso histórico, apresentando como esse tabu era tratado pelos povos das primeiras civilizações, através das constatações dos estudiosos Friedrich Engels e Claude Levi-Strauss. Em seguida, apresentamos as contribuições da psicanálise freudiana a partir de sua célebre obra *Totem e Tabu*, em que ele problematiza a construção das proibições sociais relacionadas ao sexo, tendo como base, os povos aborígenes australianos.

¹⁶ RAZON, 2007, p. 74

¹⁷ TREVISAN, 2013, p. 165

Finalmente, adentramos na nossa análise, e, a fim de elucidar as questões discutidas anteriormente, nos debruçamos sobre o conto *Ele*, que expõe uma relação incestuosa de pai e filha, pondo em cheque muitas questões sociais e psicológicas, que terminam com a punição desse sujeito que não vive de acordo com as diretrizes hegemônicas, sendo esta punição, nada mais que o cumprimento da lei, aquela que se manifesta no campo do interdito.

Referências

- BELLEMIN-NÖEL, Jean. *Psicanálise e Literatura*. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.
- FREUD, Sigmund. *Totem e Tabu e outros trabalhos (1913-1914)*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.
- RAZON, Laure. *Enigma do incesto: Da fantasia à realidade*. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2007.